

**CAFÉ  
PELÉ®**



**Demonstrações Financeiras**  
**COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL**

31 de dezembro de 2012 e 2011

## **Conteúdo**

Relatório da Administração	2 – 7
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8 – 9
Parecer dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	10
Parecer dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	11
Balancos patrimoniais	12 – 13
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19 – 53

## Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e comparados aos do ano-calendário de 2011.

### **Principais resultados**

O início do ano de 2012 foi marcado pela grande valorização do Real, chegando ao final de fevereiro na casa de R\$ 1,70. Conforme podemos observar no gráfico 1, a partir de março esta situação se inverteu, chegando em maio na casa de R\$ 2,00 e permanecendo assim até dezembro. O exportador brasileiro que esperava um ano difícil teve a grata surpresa de, no decorrer do ano, conquistar preços mais competitivos no mercado internacional.

No setor cafeeiro, o custo da saca do café robusta/conilon no mercado interno estava, no início do ano, muito acima dos preços praticados no mercado internacional, apesar de ser uma commodity. Isso significa um deslocamento de 38%, ou seja: mercado interno R\$ 290,00/saca contra bolsa de Londres R\$ 210,00/saca. No decorrer do ano, o diferencial chegou a um nível menor, conforme podemos observar no gráfico 2, quando o custo do produto no mercado interno era R\$ 250,00/saca contra R\$ 235,00/saca na bolsa de Londres, descolamento de apenas 6,4%. Esta melhor paridade entre os mercados foi outro fator determinante para melhorar nossa competitividade no mercado internacional.

Não podemos deixar de mencionar que o café solúvel é um produto manufaturado e não uma commodity como o café cru, gerando um maior valor às exportações brasileiras, pois agrega maior tecnologia e mão de obra especializada. Infelizmente o setor manufatureiro exportador não é visto pelo Estado como deveria. Enquanto nas compras para exportações da commodity (café cru) não há incidência de ICMS, as aquisições deste insumo para posterior industrialização e exportação são "gravadas" com o imposto estadual, fazendo com que as indústrias exportadoras acumulem créditos fiscais, imobilizando recursos financeiros até que os fiscos estaduais se predisponham a devolvê-los, sem qualquer atualização monetária.

Outro fato lamentável é que a indústria brasileira de café solúvel, ao contrário do que ocorre em todos os países do mundo, não pode adquirir matéria prima no exterior sob o regime aduaneiro draw-back, colocando-nos em posição de inferioridade em relação aos concorrentes internacionais.

Além das questões tributárias enfrentadas no Brasil, o café solúvel brasileiro sofre taxaço de 9% sobre as importações efetuadas pelos países pertencentes à União Europeia. Destaca-se que tal condição se aplica de forma discriminatória ao Brasil, posto que países como Vietnã e Colômbia, respectivamente segundo e terceiro maior produtor mundial de café, são isentos de taxas nas suas exportações para o bloco Europeu.

O quadro abaixo demonstra o comportamento das exportações brasileiras de café solúvel no ano de 2012, comparadas com o ano 2011.

<b>Exportadores</b>	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
	<b>Tonelada</b>	<b>% Participação</b>	<b>Tonelada</b>	<b>% Participação</b>
Cacique	23.558	30,9%	21.662	28,4%
Outros	52.566	69,1%	54.511	71,6%
<b>Total</b>	<b>76.124</b>	<b>100,0%</b>	<b>76.173</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ABICS

Como podemos verificar, a Companhia aumentou sua participação no total das exportações brasileiras de café solúvel de 28,4% em 2011 para 30,9% em 2012. Assim, enquanto o setor ficou praticamente estável, a Cacique aumentou suas exportações em 8,8%.

O valor total das nossas exportações em 2012 foi de US\$ 215 milhões, contra US\$ 187,2 milhões em 2011, um crescimento de 14,9%.

No mercado interno, nosso faturamento de café torrado e moído em 2012 foi de R\$ 297 milhões contra R\$ 234,5 milhões em 2011. Isso significa um incremento de 26,65% e, quando comparamos o volume, esse incremento foi de 8,96 %. É relevante destacar que, segundo informações da ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café, o mercado cresceu 2,09% nesse mesmo período.

Nosso resultado no ano de 2012 apresentou um lucro de R\$ 13,7 milhões, contra um resultado negativo em 2011 de R\$ 8,1 milhões. Esta reversão deveu-se basicamente à elevação do volume e valor de nossas vendas de café solúvel ao mercado internacional e também do café torrado e moído no mercado interno, valendo destacar que a Cacique em 2012 atingiu recorde na exportação de café solúvel liofilizado, que tem maior valor agregado. Destaca-se também a taxa de câmbio mais favorável às exportações no ano passado. Conjugado à nossa boa performance comercial, houve maior eficiência em nossos processos produtivos resultante dos investimentos realizados em novos equipamentos.

Comparando o EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), nosso lucro em 2012 foi de R\$ 72,5 milhões, contra R\$ 27,3 milhões em 2011, aumento de 166%. Em relação a Receita Operacional Líquida houve um retorno de 10,1% em 2012, contra 4,9% em 2011.

Gráfico 1

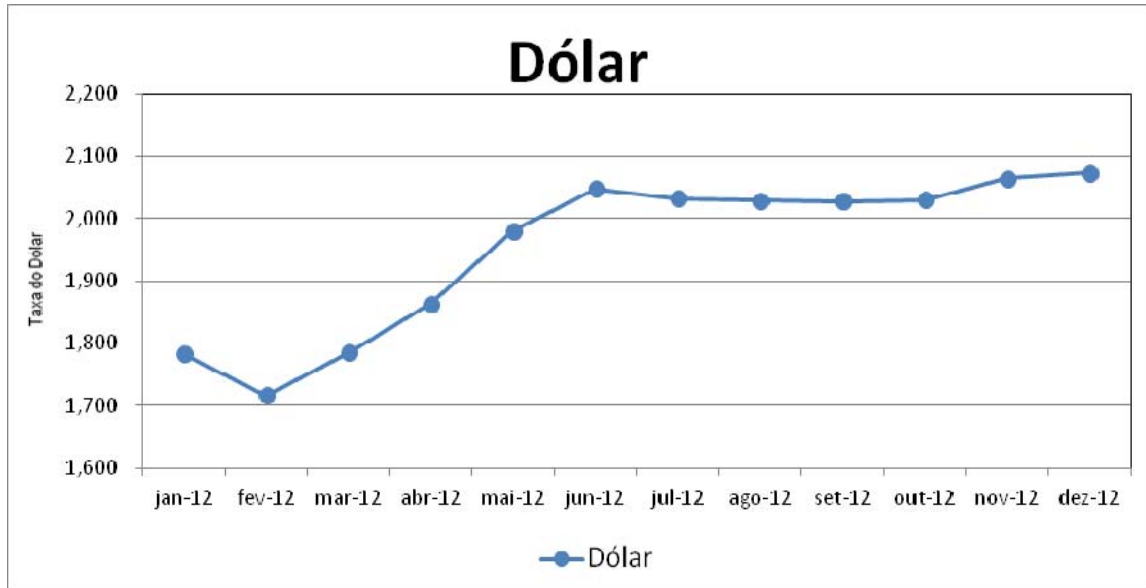
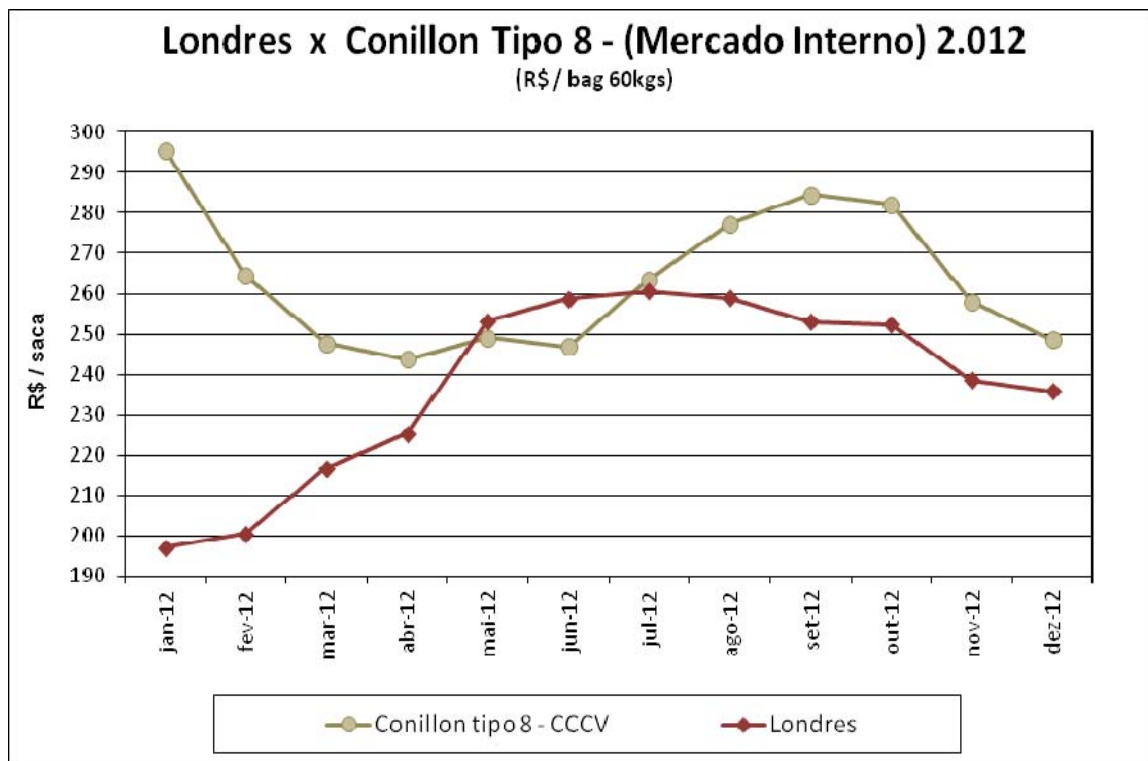


Gráfico 2



CCCV: Centro do Comércio de Café de Vitória

### **Investimentos, pesquisa e desenvolvimento**

Os investimentos em projetos industriais, pesquisa e desenvolvimento totalizaram em 2012 R\$ 10 milhões. Abaixo relacionamos os principais:

Entrou em operação nossa nova subestação de energia elétrica, que proporcionou uma grande redução de custos. Foram investidos em torno de R\$ 4,5 milhões em diversas áreas de nossa planta de café solúvel em Londrina.

Em nossa unidade de café torrado e moído foram investidos R\$ 3,9 milhões em 2012 na conclusão da ampliação da nova linha de envasamento de café torrado e moído embalado a vácuo, na ampliação da capacidade de moagem e em diversas melhorias nas instalações.

### **Perspectivas futuras**

Estamos iniciando o ano de 2013, com a valorização do real, fato que compromete a competitividade dos exportadores. Nossa expectativa é que o governo federal mantenha a política cambial que vigorou no ano passado.

Estaremos ampliando nossa capacidade de torra através de investimentos em modernos torradores, o que possibilitará um incremento na ordem de 20% em nossa capacidade. Paralelamente, estamos investindo em um sistema completo de empacotamento, que garantirá maior eficiência e segurança em nosso processo produtivo.

Novos estudos e investimentos serão realizados no decorrer de 2013 visando maior produtividade e melhoria contínua de nossos produtos.

### **Sistema integrado de gestão**

A Cacique é uma referência bem-sucedida nos quesitos qualidade e flexibilidade no atendimento às necessidades dos clientes. Prova disso são as certificações conquistadas ao longo de sua história e mantidas pela Divisão Solúvel visando viabilizar o comércio de nossos produtos nos diversos países em que atuamos.

Dentre essas certificações, destacamos, inicialmente, a ISO 9001:2008, que demonstra o compromisso com a qualidade e satisfação do cliente, bem como o comprometimento com a melhoria contínua; Rostest (The Russian Center of Tests and Certifications), atestando aptidão para a comercialização de produtos na Rússia; Kosher, concedida pelo Orthodox Council of Jerusalém assegurando a conformidade dos nossos produtos com as normas específicas que regem a dieta judaica ortodoxa; Halal, certificado concedido pela CIBAL (Central Islâmica Brasileira de Alimentos Halal) atestando que os produtos fabricados pela empresa estão de acordo com as exigências das normas islâmicas; Certificação IBD (Instituto Biodinâmico) para processamento de alimentos segundo as normas e práticas de produção orgânica, garantindo ao consumidor a sua procedência isenta de contaminação química, respeitando o meio ambiente e o trabalhador; e a Certificação JAS (Japanese Agriculture Standard) que atesta a produção orgânica de alimentos para o mercado japonês.

No ano de 2012 destaca-se a conquista do certificado FSSC 22000, que atesta a adoção de um sistema de gestão de segurança de alimentos de acordo com os requisitos do esquema de certificação Food Safety System Certification (FSSC), que inclui as normas ISO 22000, ISO/TS 22002-1 e os requisitos adicionais da FSSC 22000.

Em função do seu comprometimento e responsabilidade socioambiental, a Cacique possui a Certificação Rainforest, cujo objetivo é mitigar os riscos ambientais e sociais causados pelas atividades agrícolas, por meio de um processo que motiva a melhoria contínua, além de fornecer uma medida de desempenho social e ambiental e de boas práticas de manejo para a propriedade agrícola. Essa certificação reconhece que a Cacique cumpre com os requisitos da norma da Cadeia de Custódia editada pela RAS (Rede de Agricultura Sustentável). Nesse mesmo sentido, destacamos também a Certificação FAIR TRADE, obtida através da FLO (Fairtrade Labelling Organization International) que visa garantir a prática do “comércio justo”, contribuindo para o desenvolvimento dos produtores e trabalhadores rurais.

As certificações conquistadas e mantidas ao longo de história da Cacique são fruto do comprometimento de todos com as Políticas do Sistema Integrado de Gestão da Companhia, assim como do trabalho e esforço coletivo visando alcançar os objetivos e metas que garantem as inovações necessárias a todos os processos e estratégias organizacionais.

## **Recursos humanos**

O Programa de Formação Profissional proporcionou 41.653 horas de treinamento, com 16.532 participantes nos diversos cursos ministrados. Destas horas, 25,45% destinaram-se exclusivamente ao Treinamento em Segurança do Trabalho. Foram concedidas 53 bolsas de estudo, representando um aumento de 60,6% em relação a 2011. Do investimento em treinamento, 19,36% proveio da utilização da verba do SENAI e do SESI. Ao todo, tivemos 158 promoções durante o ano de 2012. Do quadro de aprendizes 53% foram promovidos. Foram abertas ao longo do ano, 233 vagas entre reposição e aumento de quadro e, para preenchê-las analisamos diversos currículos e realizamos 544 entrevistas. Reduzimos em 45% a taxa de dias perdidos (gravidade) e 36% na taxa de lesão por acidente em relação ao ano anterior. Os Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de Prevenção Auditiva (PPA), de Participação dos trabalhadores nos Lucros ou Resultados (PLR), Diálogos de Segurança, de Saúde Cacique (através de ginástica laboral, atividades esportivas, palestras etc.); e de Festas de Confraternizações (através de colônia de férias, dia das crianças para filhos de colaboradores, festa junina e homenagem por tempo de serviço) foram plenamente executados. Foi aplicada a vacina contra a Gripe Sazonal e H1N1 em 63,36% dos colaboradores, e não foi registrado nenhum caso da gripe H1N1.

## **Destinação dos Resultados**

## **R\$ mil**

Lucro Líquido	11.833
(-) Compensação de Prejuízo	(8.120)
Reserva Legal – 5%	(186)
Realização da Reserva de Reavaliação	390
Realização do Ajuste de Bens do Ativo Imobilizado	1.468
Dividendos	(1.346)
Reserva de Retenção de Lucros	( 4.039)

**Proposta de Distribuição de Dividendos**

Lucro após compensação de Prejuízo	3.713
(-) Reserva Legal – 5%	(186)
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	390
(+) Realização do Ajuste de Bens do Ativo Imobilizado	1.468
Base para Dividendos	5.385
Dividendos Propostos - 25%	1.346
Ações Ordinárias por mil ações	R\$ 50,59
Ações Preferenciais por mil ações	R\$ 55,65

**Relacionamento com auditores independentes**

Em atenção à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que nossos auditores independentes não foram contratados para prestação de serviços, que não aqueles relacionados aos serviços de auditoria externa, atendo-se ao exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

**Agradecimentos**

A Administração da Cacique agradece seus acionistas, clientes, fornecedores, comunidade, instituições financeiras e consumidores de nossos produtos pelo apoio e pela confiança e, em especial, aos nossos colaboradores.

Londrina, 04 de Março de 2013

A Administração





**KPMG Auditores Independentes**  
Avenida Higienópolis, 1.100 - Sala 62  
86020-911 - Londrina - PR - Brasil  
Caixa Postal 2081  
86023-970 - Londrina - PR - Brasil

Central Tel 55 (43) 3323-4727  
Fax Nacional 55 (43) 3323-4727  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Cacique de Café Solúvel  
Londrina - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Cacique de Café Solúvel (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**KPMG Auditores Independentes**  
Avenida Higienópolis, 1.100 - Sala 62  
86020-911 - Londrina - PR - Brasil  
Caixa Postal 2081  
86023-970 - Londrina - PR - Brasil

Central Tel 55 (43) 3323-4727  
Fax Nacional 55 (43) 3323-4727  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Cacique de Café Solúvel em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Cacique de Café Solúvel em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Cacique de Café Solúvel essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Londrina, 04 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-F-PR  
Marcello Palamartchuk  
Contador CRC 1PR049038/O-9

## Parecer dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes

### **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Estatutários da Companhia Cacique de Café Solúvel, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Horacio Sabino Coimbra, 100 – Parque Industrial Cacique, inscrita no CNPJ 78.588.415/0001-15, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 04 março de 2013, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia Cacique de Café Solúvel referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Londrina, 07 de Março de 2013.

SÉRGIO COIMBRA - Diretor Presidente

PAULO ROBERTO FERRO – Diretor de Controladoria e de Relações com Investidores

JULIO CESAR PEREIRA GRASSANO – Diretor Industrial

PAULO RUFINO DE MELO e SILVA JUNIOR – Diretor Executivo da Divisão Alimentos

ELVIS ANTONIO BIM – Diretor Executivo da Divisão Embalagens

## Parecer dos diretores sobre as demonstrações financeiras

### **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Estatutários da Companhia Cacique de Café Solúvel, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Horacio Sabino Coimbra, 100 – Parque Industrial Cacique, inscrita no CNPJ 78.588.415/0001-15, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Londrina, 07 de Março de 2013.

SÉRGIO COIMBRA - Diretor Presidente

PAULO ROBERTO FERRO – Diretor de Controladoria e de Relações com Investidores

JULIO CESAR PEREIRA GRASSANO – Diretor Industrial

PAULO RUFINO DE MELO e SILVA JUNIOR – Diretor Executivo da Divisão Alimentos

ELVIS ANTONIO BIM – Diretor Executivo da Divisão Embalagens

**COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**(Em Milhares de Reais)**

**A T I V O**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		<b>329.892</b>	<b>289.417</b>	<b>330.724</b>	<b>289.878</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	14.731	33.300	14.754	33.328
Títulos e Valores Mobiliários	6		3.406	489	3.505
Contas a Receber de Clientes	7	97.893	84.430	97.893	84.430
Estoques	8	116.895	88.955	116.914	88.974
Créditos Fiscais	9.a	93.675	75.747	93.973	76.057
Outros Créditos	10.a	6.649	3.536	6.652	3.541
Despesas do Exercício Seguinte		49	43	49	43
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>210.700</b>	<b>241.462</b>	<b>211.857</b>	<b>242.712</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>26.751</b>	<b>44.615</b>	<b>30.034</b>	<b>47.398</b>
Títulos a Receber		15.653	15.462	16.220	15.512
Depósitos Judiciais		1.585	1.329	2.519	2.263
Créditos Fiscais	9.b	8.795	26.400	10.576	28.199
Outros Créditos	10.b	718	1.424	719	1.424
Investimentos	11	2.807	3.070	126	949
Imobilizado	12	179.304	192.359	179.858	192.946
Intangível	13	1.838	1.418	1.839	1.419
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>540.592</b>	<b>530.879</b>	<b>542.581</b>	<b>532.590</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**(Em Milhares de Reais)**

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		<b>303.627</b>	<b>252.086</b>	<b>303.662</b>	<b>252.131</b>
Fornecedores		9.568	8.612	9.568	8.614
Empréstimos e Financiamentos	14.a	276.280	229.188	276.280	229.188
Adiantamentos de Clientes	15	2.133	2.109	2.133	2.109
Salários e Encargos Sociais		2.099	1.718	2.102	1.725
Impostos e Contribuições a Recolher		1.988	1.170	1.990	1.178
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		49	787	57	787
Dividendos Propostos		1.346		1.346	
Valores a Pagar - Controladas		2	2		
Provisão para Férias e Outras		5.712	4.978	5.730	4.994
Provisão para Imposto de Renda		77		80	3
Provisão para Contribuição Social		166	58	168	61
Demais Contas a Pagar		4.207	3.464	4.208	3.472
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.301</b>	<b>61.616</b>	<b>11.255</b>	<b>63.282</b>
Empréstimos e Financiamentos	14.b	2.562	43.969	2.562	43.969
Provisões para Contingências	16	4.731	4.527	6.665	6.191
Impostos Diferidos	17	2.008	13.120	2.028	13.122
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	18	<b>227.664</b>	<b>217.177</b>	<b>227.664</b>	<b>217.177</b>
Capital Social Realizado		173.000	173.000	173.000	173.000
Reservas de Reavaliação		13.177	13.567	13.177	13.567
Reservas de Lucros		29.055	24.830	29.055	24.830
Ajuste de Avaliação Patrimonial		12.432	13.900	12.432	13.900
Lucros (Prejuízos) Acumulados			(8.120)		(8.120)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>540.592</b>	<b>530.879</b>	<b>542.581</b>	<b>532.590</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em Milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	20	<b>715.918</b>	<b>562.588</b>	<b>715.918</b>	<b>562.670</b>
<b>CUSTO DAS VENDAS</b>	21.1	<b>(567.528)</b>	<b>(467.070)</b>	<b>(567.528)</b>	<b>(467.074)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>148.390</b>	<b>95.518</b>	<b>148.390</b>	<b>95.596</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(95.056)</b>	<b>(87.730)</b>	<b>(95.817)</b>	<b>(88.013)</b>
Com Vendas	21.1	(63.363)	(53.756)	(63.363)	(53.756)
Gerais e Administrativas	21.1	(26.378)	(22.136)	(26.628)	(22.375)
Honorários da Administração	21.1	(7.066)	(6.427)	(7.286)	(6.726)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	21.2	1.691	(4.923)	1.460	(5.156)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.1	60	(488)	-	-
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>53.334</b>	<b>7.788</b>	<b>52.573</b>	<b>7.583</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Despesas Financeiras	19	(116.314)	(101.725)	(116.339)	(101.741)
Receitas Financeiras	19	83.172	79.585	83.995	79.831
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>20.192</b>	<b>(14.352)</b>	<b>20.229</b>	<b>(14.327)</b>
Contribuição Social sobre o Lucro	17	(589)	(1.469)	(598)	(1.485)
Imposto de Renda	17	(3.345)	(4.005)	(3.357)	(4.029)
Imposto de Renda e C.S.L.L. Diferidos	17	(4.425)	9.848	(4.441)	9.863
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>11.833</b>	<b>(9.978)</b>	<b>11.833</b>	<b>(9.978)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR MIL AÇÕES - BÁSICO</b>		<b>474,31</b>	<b>(399,95)</b>		
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR MIL AÇÕES - DILUÍDO</b>		<b>474,31</b>	<b>(399,95)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**(Em Milhares de Reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>11.833</b>	<b>(9.978)</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
Realização da Reserva de Reavaliação	591	592
Impostos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(201)	(201)
Realização ao Custo Atribuído	1.468	1.467
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b><u>13.691</u></b>	<b><u>(8.120)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**  
**(Em Milhares de Reais)**

Descrição	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas de Retenção de Lucros	Reservas de Reavaliação			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>173.000</b>	<b>9.813</b>	<b>15.017</b>	<b>13.958</b>	<b>15.367</b>		<b>227.155</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>							
Realização da Reserva de Reavaliação				(592)		592	
(-) Impostos s/ Reserva de Reavaliação				201		(201)	
Ajuste de Avaliação Patrimonial							
Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado					(1.467)	1.467	
Prejuízo do Exercício						(9.978)	(9.978)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>173.000</b>	<b>9.813</b>	<b>15.017</b>	<b>13.567</b>	<b>13.900</b>	<b>(8.120)</b>	<b>217.177</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>							
Realização da Reserva de Reavaliação				(591)		591	
(-) Impostos s/ Reserva de Reavaliação				201		(201)	
Ajuste de Avaliação Patrimonial							
Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado					(1.468)	1.468	
Lucro Líquido do Exercício						11.833	11.833
Destinação do Lucro Líquido:							
Reserva Legal		186				(186)	
Reservas de Retenção de Lucros - nota 18.f			4.039			(4.039)	
Dividendos Propostos						(1.346)	(1.346)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>173.000</b>	<b>9.999</b>	<b>19.056</b>	<b>13.177</b>	<b>12.432</b>		<b>227.664</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

*Companhia Cacique de Café Solúvel*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2012 e 2011*

**COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em Milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	11.833	(9.978)	11.833	(9.978)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais				
Depreciação, Amortização e Exaustão	19.227	18.999	19.255	19.028
Lucro na venda de Imobilizado	(365)	(639)	(365)	(639)
Variações Cambiais	2.565	26.961	2.565	26.961
Juros	9.952	12.528	9.952	12.528
Equivalência Patrimonial	(60)	488		
Impostos Diferidos	6.501	1.043	6.517	1.009
Provisão para Contingências	4.799	2.113	5.070	2.244
Reversão de Provisão para Contingências	(3.740)	(1.809)	(3.740)	(1.844)
	<b>50.712</b>	<b>49.706</b>	<b>51.087</b>	<b>49.309</b>
(Aumento) Redução de Ativos				
Contas a Receber	(13.655)	(38.336)	(14.171)	(37.787)
Estoques	(27.940)	(22.522)	(27.940)	(22.396)
Títulos e Valores Mobiliários	406	4.170	398	4.267
Outros Créditos	(20.591)	(42.115)	(20.578)	(43.406)
Despesas Antecipadas	(6)	35	(6)	34
	<b>(61.786)</b>	<b>(98.768)</b>	<b>(62.297)</b>	<b>(99.288)</b>
Aumento ( Redução) de Passivos				
Fornecedores	955	(1.863)	953	(1.861)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	1.067	245	1.065	247
Obrigações Fiscais	4.914	3.918	4.914	3.922
Outras Obrigações	29	(1.961)	63	(1.934)
Obrigações e Contingências	49	(2.575)	49	(2.576)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.950)	(5.475)	(3.971)	(5.515)
	<b>3.064</b>	<b>(7.711)</b>	<b>3.073</b>	<b>(7.717)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(8.010)</b>	<b>(56.773)</b>	<b>(8.137)</b>	<b>(57.696)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Lucros/Dividendos Recebidos		7		7
Aquisições no Imobilizado	(10.574)	(15.965)	(10.574)	(15.968)
Recebimento da Venda de Bens do Imobilizado	477	681	477	681
Baixas no Imobilizado	3.870		3.874	
Aplicações Financeiras		(5.458)	(506)	(6.144)
Resgate de Aplicações Financeiras	3.000	114.303	3.124	115.795
Aumento de Capital de Controlada	(500)			
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(3.727)</b>	<b>93.568</b>	<b>(3.605)</b>	<b>94.371</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Empréstimos - Curto Prazo	536.134	311.620	536.134	311.620
Empréstimos - Longo Prazo	2.102		2.102	
Pagamentos de Empréstimos - Curto Prazo	(536.992)	(315.071)	(536.992)	(315.071)
Pagamento de Juros - Curto Prazo	(8.076)	(10.414)	(8,076)	(10,414)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(6.832)</b>	<b>(13.865)</b>	<b>(6.832)</b>	<b>(13.865)</b>
<b>Variação Líquida do Caixa</b>	<b>(18.569)</b>	<b>22.930</b>	<b>(18.574)</b>	<b>22.810</b>
<b>Caixa Inicial</b>	<b>33.300</b>	<b>10.370</b>	<b>33.328</b>	<b>10.518</b>
<b>Caixa Final</b>	<b>14.731</b>	<b>33.300</b>	<b>14.754</b>	<b>33.328</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**( Em Milhares de Reais )**

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>RECEITAS</b>	<b>777.063</b>	<b>615.731</b>	<b>777.103</b>	<b>615.855</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	775.331	612.194	775.331	612.280
Provisão para devedores duvidosos	(1.084)	(171)	(1.084)	(171)
Outras receitas	2.816	3.708	2.856	3.746
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>700.593</b>	<b>578.981</b>	<b>700.920</b>	<b>579.341</b>
Matérias-primas consumidas	600.962	482.431	600.962	482.431
Custo das mercadorias e serviços vendidos	4.934	13.489	4.934	13.493
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	94.697	83.061	95.024	83.417
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>76.470</b>	<b>36.750</b>	<b>76.183</b>	<b>36.514</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>19.227</b>	<b>18.999</b>	<b>19.255</b>	<b>19.028</b>
Depreciação e amortização	19.227	18.999	19.255	19.028
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>57.243</b>	<b>17.751</b>	<b>56.928</b>	<b>17.486</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>83.250</b>	<b>78.904</b>	<b>84.046</b>	<b>79.652</b>
Resultado da equivalência patrimonial e dividendos recebidos de investimentos avaliado ao custo	60	(481)		7
Receitas Financeiras	83.172	79.373	83.995	79.619
Aluguéis	18	12	51	26
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>140.493</b>	<b>96.655</b>	<b>140.974</b>	<b>97.138</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>140.493</b>	<b>96.655</b>	<b>140.974</b>	<b>97.138</b>
<b>Pessoal e encargos sociais</b>	<b>69.637</b>	<b>60.117</b>	<b>69.963</b>	<b>60.479</b>
Salários e encargos	58.781	53.209	58.917	53.319
Honorários da administração	8.146	5.843	8.332	6.093
Participação dos empregados nos lucros	2.710	1.065	2.714	1.067
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(61.092)</b>	<b>(58.295)</b>	<b>(60.953)</b>	<b>(58.181)</b>
Federais	(15.103)	(18.631)	(14.974)	(18.525)
Estaduais	(47.275)	(40.774)	(47.275)	(40.774)
Municipais	1.286	1.110	1.296	1.118
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>118.257</b>	<b>102.953</b>	<b>118.273</b>	<b>102.960</b>
Juros e Variação Cambial	116.314	101.725	116.339	101.740
Aluguéis	1.943	1.228	1.934	1.220
<b>Remuneração de Capitais de Próprios</b>	<b>13.691</b>	<b>(8.120)</b>	<b>13.691</b>	<b>(8.120)</b>
Dividendos	1.346	-	1.346	-
Lucros Retidos (Prejuízo do Exercício)	12.345	(8.120)	12.345	(8.120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia Cacique de Café Solúvel ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Londrina, Estado do Paraná, sendo suas ações comercializadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Horácio Sabino Coimbra Com. e Part. Ltda.

A atividade operacional preponderante da Companhia é a produção de café solúvel, comercializado em quase sua totalidade no mercado externo e, através de suas divisões, Alimentos e Embalagens, diversifica suas operações, com a produção de café torrado e moído e a fabricação de material de embalagem. Além dessas atividades, a Companhia comercializa grãos no mercado externo. Em relação à nossa controlada Cacique Agrícola S.A., os objetivos da Companhia são a exploração da atividade agrícola, agroindustrial, florestamento, reflorestamento, pecuária, haras, atividade imobiliária e exportação de bens e produtos inerentes às suas atividades sociais, porém a Companhia não vem atuando nesses segmentos.

### 2 Entidades do grupo

Controladas	País	Participação acionária	
		2012	2011
Cacique Agrícola S.A.	Brasil	100%	100%
Cacique S.A.	Brasil	100%	100%

### 3 Base de preparação

#### 3.1 Declaração de conformidade

- As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- As Demonstrações Financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e lucro líquido da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2013.

### **3.2 Base de elaboração**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos no momento do reconhecimento inicial.

### **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as Demonstrações Financeiras apresentadas em Real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 07 – Contas a receber de clientes \*

Nota 12 – Imobilizado

Nota 16 – Provisão para contingências

Nota 17 – Tributos diferidos

Nota 23 – Instrumentos Financeiros

(\*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

## **4 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais e têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

### **4.1 Base de consolidação**

#### *i. Investimentos em controladas*

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas. As datas das Demonstrações Financeiras dos investimentos em controladas utilizadas para cálculo das equivalências patrimoniais e para a consolidação coincidem com as da Controladora.

Quando necessário, as Demonstrações Financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Companhias são eliminadas integralmente nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

#### *ii. Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **4.2 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

### **4.3 Instrumentos financeiros**

#### *a. Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

#### *Caixa e equivalentes de Caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

### ***b. Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**c. Apuração do resultado**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de seu valor de mercado.

**e. Títulos e valores mobiliários**

Encontram-se registrados pelo valor do principal investido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**f. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**g. Investimentos**

A participação em sociedades controladas está avaliada pelo método da Equivalência Patrimonial, exceto para a controlada Cacique International Ltd., que passou a ser considerada como filial da Companhia Cacique de Café Solúvel. Os demais investimentos estão avaliados pelo Custo de Aquisição, reduzido para o valor provável de realização.

**h. Imobilizado**

**a. Reconhecimento e mensuração**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido da reavaliação parcial dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens. A reserva de reavaliação é realizada em contrapartida da rubrica de lucros acumulados, no patrimônio líquido, na medida em que o ativo correspondente reavaliado é realizado. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test* realizado em 31 de dezembro de 2012.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) e os reflexos foram contabilizados em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparabilidade conforme ICPC 10. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquida dos efeitos fiscais.



Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do conseqüente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia não alterará sua política de distribuição de lucros.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### ***b. Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### ***c. Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### ***i. Ativos Intangíveis***

O ativo intangível compreende os gastos com o registro de marcas e patentes, os sistemas de informática (*softwares*) e licenças de uso destes. A amortização dos sistemas de informática é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na Nota Explicativa nº 13 e leva em

consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test* realizado em 31 de dezembro de 2012.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida a partir de 1º de janeiro de 2009 não serão amortizados e terão o seu valor recuperável testado anualmente.

***j. Redução ao valor recuperável – Impairment***

***a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

## **ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## **k. Empréstimos, financiamentos e adiantamentos de contratos de câmbio**

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14, estão atualizados pelos encargos incorridos até a data do fechamento do exercício.

## **l. Capital social**

### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### *Ações preferenciais*

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com detentor do título. Nestes casos os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

***m. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes***

Os demais ativos e passivos circulantes e a longo prazo, quando aplicável, são registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes calculados até a data do balanço.

***n. Ajuste a valor presente***

Os tributos a recuperar e a longo prazo estão ajustados ao seu valor presente, considerando a taxa SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora no grupo de Créditos Fiscais e a sua realização é registrada na rubrica “Despesas Financeiras” nas demonstrações do resultado.

***o. Imposto de renda e contribuição social***

Os impostos incidentes sobre as vendas são contabilizados de acordo com o regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes de acordo com o RIR - Regulamento do Imposto de Renda, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação; e para a Contribuição Social 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**p. Provisões**

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**q. Benefícios a Empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**r. Receita Operacional**

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**s. Arrendamento Mercantil**

As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes a propriedade são substancialmente transferidos, são classificadas como arrendamento financeiro. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes a propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no imobilizado e no passivo pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados e os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

**t. Receitas Financeiras e Despesas Financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da

Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Caixa e Contas Bancárias	7.916	4.757	7.939	4.785
Aplicações Financeiras	6.815	28.543	6.815	28.543
	<b>14.731</b>	<b>33.300</b>	<b>14.754</b>	<b>33.328</b>

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% do CDI) e são mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

## 6 Títulos e valores mobiliários

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Aplicações Pré-Fixadas		3.406	489	3.505
		<b>3.406</b>	<b>489</b>	<b>3.505</b>

As aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% do CDI) e são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

## 7 Contas a receber de clientes

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Contas a Receber				
No País	59.145	50.938	59.145	50.938
No Exterior	40.346	34.006	40.346	34.006
Provisão para devedores duvidosos	(1.598)	(514)	(1.598)	(514)
	<b>97.893</b>	<b>84.430</b>	<b>97.893</b>	<b>84.430</b>

A composição das contas a receber por vencimento é a seguinte:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Duplicatas a vencer	94.635	83.286	94.635	83.286
Duplicatas vencidas até 30 dias	1.992	433	1.992	433
Duplicatas vencidas entre 31 dias e 90 dias	551	267	551	267
Duplicatas vencidas entre 91 dias e 180 dias	686	158	686	158
Duplicatas vencidas acima de 180 dias	1.627	800	1.627	800
<b>Total</b>	<b>99.491</b>	<b>84.944</b>	<b>99.491</b>	<b>84.944</b>

## 8 Estoques

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Produtos Acabados	16.994	12.099	16.994	12.099
Mercadorias para Revenda	4.353	3.540	4.353	3.540
Produtos em Elaboração	8.657	9.534	8.657	9.534
Matéria Prima	71.422	49.818	71.422	49.818
Insumos de Produção	9.808	8.594	9.808	8.594
Almoxarifado	5.196	4.951	5.196	4.951
Aplicações para Formação de Estoque	41	196	41	196
Outros Estoques	424	223	443	242
<b>TOTAL</b>	<b>116.895</b>	<b>88.955</b>	<b>116.914</b>	<b>88.974</b>

## 9 Créditos fiscais

### a. Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda a Compensar	4.190	3.796	4.434	4.055
ICMS a Compensar	65.847	58.277	65.847	58.277
(-) Provisão de Créditos Fiscais	(4.058)	(3.998)	(4.058)	(3.998)
IPI a Compensar	181	1.255	181	1.255
CSLL a Compensar	39	30	93	81
PIS a Recuperar	2.903	2.562	2.903	2.562
COFINS a Recuperar	12.299	12.496	12.299	12.496
INSS a Recuperar	58	53	58	53
ISS a Recuperar	1	1	1	1
Outros Impostos - Reintegra	12.215	1.275	12.215	1.275
	<b>93.675</b>	<b>75.747</b>	<b>93.973</b>	<b>76.057</b>

### b. Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
I.R. Diferido	5.248	20.577	7.028	22.375
ICMS a Recuperar – Imobilizado	939	1.486	940	1.488
PIS a Compensar	539	902	539	902
COFINS a Compensar	2.069	3.435	2.069	3.434
	<b>8.795</b>	<b>26.400</b>	<b>10.576</b>	<b>28.199</b>

#### 9.1 ICMS a recuperar - Processo de transferência

A Companhia possui R\$ 65.847 de créditos de ICMS (R\$ 58.277 em dezembro de 2011) e tendo em vista que comercializa seus produtos no mercado externo a realização desses créditos dar-se-á, substancialmente, pela transferência a terceiros através do Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCRED), mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

A Companhia possui o montante de R\$ 35.029 (R\$ 19.525 em dezembro de 2011), referente a créditos já habilitados e/ou em processo de habilitação no SISCRED, para efeito de efetiva transferência.

Em função de que a negociação desses créditos com terceiros se dá mediante concessão de deságio, a Administração, adotando medida conservadora na avaliação de seus ativos, mantém provisão para desvalorização sobre o total do crédito de ICMS, no montante de R\$ 4.058 em 2012 (R\$ 3.998 em dezembro de 2011), considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.



## 10 Outros créditos

### *a. Circulante*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Créditos a funcionários	709	711	709	711
Adiantamentos diversos	124	697	124	698
Créditos com transferência de ICMS	5.145	1.468	5.145	1.468
Outros créditos	671	660	674	664
	<b>6.649</b>	<b>3.536</b>	<b>6.652</b>	<b>3.541</b>

### *b. Não circulante*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Retenções contratuais	-	393	-	393
Valor caução TDAES	653	971	653	971
Outros créditos	65	60	66	60
	<b>718</b>	<b>1.424</b>	<b>719</b>	<b>1.424</b>

## 11 Investimentos

### 11.1 Transações com partes relacionadas

Os investimentos em controladas diretas, bem como eventuais transações entre partes relacionadas, são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido	Cacique Agrícola S/A		Cacique S/A	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante	824	453	10	10
Ativo não circulante	3.912	3.445		
Passivo circulante	36	47		
Passivo não circulante	1.955	1.666		
Receitas	919	420		
Custos e despesas	859	908		
Capital social	3.077	2.577	10	10
Ações ou quotas	1.816.236	1.816.236	1	1
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	2.745	2.185	10	10
<b>Transações entre partes relacionadas</b>				
Mútuos passivos	2	2		
	<b>2</b>	<b>2</b>	-	-
<b>Investimentos</b>				
No início do período	2.185	2.673	10	10
Aumento de Capital	500	-		
Equivalência patrimonial	60	(488)		
<b>No final do período</b>	<b>2.745</b>	<b>2.185</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

As operações mercantis com Companhias controladas e os saldos patrimoniais foram eliminados na consolidação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.1.

A Companhia Cacique S.A. não teve nenhuma movimentação no exercício de 2012 (idem 2011).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 02, controladas no exterior devem ser tratadas como filiais ou como efetivas controladas, conforme a essência econômica e não pela forma jurídica.

Assim, as entidades que não possuem corpo administrativo próprio, autonomia administrativa, não contratarem operações próprias, utilizarem a moeda da investidora como sua moeda funcional, e funcionarem, na essência, como extensão das atividades da investidora, devem normalmente ter, para fim de apresentação, seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da matriz no Brasil como qualquer outra filial, agência, sucursal ou dependência mantida no próprio país.

Este é o caso de nossa controlada Cacique International Ltd., que consideramos a partir de 2008 como filial da Companhia Cacique de Café Solúvel.

## 11.2 Remuneração da Administração

Foram pagos à Diretoria e ao Conselho de Administração no ano de 2012 o valor de R\$ 7.286 (R\$ 6.726 em 2011) referente a honorários, encargos sociais, seguro de vida e plano de saúde.

## 12 Imobilizado

### a. Composição - Controladora

	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	31/12/2012	31/12/2011
				Líquido	Líquido
Terrenos		10.991	-	10.991	10.991
Edifícios	2,5%/ 10%	39.592	(8.731)	30.861	32.196
Máquinas e equipamentos	5%/20%	219.865	(106.103)	113.762	110.270
Móveis e utensílios	10%/ 20%	3.430	(2.306)	1.124	1.129
Computadores e periféricos	20%	5.654	(4.223)	1.431	1.116
Veículos	20%	4.230	(2.605)	1.625	1.002
Instalações e benfeitorias	4%/ 20%	31.954	(18.912)	13.042	9.884
Aparelhos de comunicação	20%	727	(633)	94	110
Imobilizado em curso		6.374	-	6.374	25.661
		<b>322.817</b>	<b>(143.513)</b>	<b>179.304</b>	<b>192.359</b>

### b. Movimentação - Controladora – 2012

	31/12/2011				31/12/2012
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	10.991	-	-	-	10.991
Edifícios	39.396	2		194	39.592
Máquinas e equipamentos	202.159	953	(276)	17.029	219.865
Móveis e utensílios	3.252	139	(12)	51	3.430
Computadores e periféricos	5.077	292	(169)	454	5.654
Veículos	4.056	1.033	(959)	100	4.230
Instalações e benfeitorias	27.110	208	(7)	4.643	31.954
Aparelhos de comunicação	709	17		1	727
Imobilizado em curso	25.661	7.874	(3.879)	(23.282)	6.374
	<b>318.411</b>	<b>10.518</b>	<b>(5.302)</b>	<b>(810)</b>	<b>322.817</b>
Marcas e Patentes	584	-	-	-	584
Programas de Informática	5.819	56	-	810	6.685
	<b>6.403</b>	<b>56</b>	<b>-</b>	<b>810</b>	<b>7.269</b>

**c. Composição - Consolidado**

	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	31/12/2012	31/12/2011
				Líquido	Líquido
Terrenos		11.293	-	11.293	11.293
Edifícios	2,5%/ 10%	39.871	(8.824)	31.047	32.396
Máquinas e equipamentos	5%/20%	219.941	(106.179)	113.762	110.270
Móveis e utensílios	10%/ 20%	3.434	(2.310)	1.124	1.129
Computadores e periféricos	20%	5.667	(4.234)	1.433	1.117
Veículos	20%	4.304	(2.648)	1.656	1.049
Instalações e benfeitorias	4%/ 20%	32.083	(19.008)	13.075	9.920
Aparelhos de comunicação	20%	728	(634)	94	111
Imobilizado em curso		6.374	-	6.374	25.661
Culturas permanentes		136	(136)	-	-
		<b>323.831</b>	<b>(143.973)</b>	<b>179.858</b>	<b>192.946</b>

**d. Movimentação - Consolidado – 2012**

	31/12/2011				31/12/2012
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	11.293	-	-	-	11.293
Edifícios	39.704	2	(29)	194	39.871
Máquinas e Equipamentos	202.235	953	(276)	17.029	219.941
Móveis e Utensílios	3.268	139	(24)	51	3.434
Computadores e Periféricos	5.098	292	(177)	454	5.667
Veículos	4.131	1.033	(960)	100	4.304
Instalações e Benfeitorias	27.239	208	(7)	4.643	32.083
Aparelhos de Comunicação	723	17	(13)	1	728
Imobilizado em Curso	25.661	7.874	(3.879)	(23.282)	6.374
Culturas Permanentes	136	-	-	-	136
	<b>319.488</b>	<b>10.518</b>	<b>(5.365)</b>	<b>(810)</b>	<b>323.831</b>
Marcas e Patentes	585	-	-	-	585
Programas de Informática	5.819	56	-	810	6.685
	<b>6.404</b>	<b>56</b>	<b>-</b>	<b>810</b>	<b>7.270</b>

Saldo do imobilizado em curso inclui gastos destinados ao Sistema de Pesagem Checkweigher, Remanejamento de Tanques, Skid de Aquecimento de Água e Outros.

O imobilizado está livre de ônus e/ou garantias, exceto quando atrelado ao seu próprio financiamento. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total de R\$ 2.450 (custo) em bens estão dados em garantia em operações de FINAME.

## 13 Intangível

### *a. Controladora*

			<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Taxa Anual de Amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>
Marcas e patentes		584	-	584
Programas de informática	20%	6.685	(5.431)	1.254
		<u>7.269</u>	<u>(5.431)</u>	<u>1.838</u>
				<u>1.418</u>

### *b. Consolidado*

			<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Taxa Anual de Amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>
Marcas e patentes		585	-	585
Programas de informática	20%	6.685	(5.431)	1.254
		<u>7.270</u>	<u>(5.431)</u>	<u>1.839</u>
				<u>1.419</u>

## 14 Empréstimos e financiamentos

São representados por captações, objetivando o financiamento do capital de giro, e estão sujeitos a juros fixos que variam de 1,95 a 8,70% a.a. e, quando captados em moeda estrangeira, sujeitos à variação cambial do dólar norte-americano, conforme detalhado a seguir:

### a. Empréstimos de curto prazo (circulante)

	Encargos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Moeda nacional</b>					
FINAME – Banco do Brasil S/A.	6% a.a.	1.099	1.345	1.099	1.345
Cédula de crédito de exportação-CCE	5,50% a 6,75% a.a.	36.092	251	36.092	251
<b>Total moeda nacional</b>		<b>37.191</b>	<b>1.596</b>	<b>37.191</b>	<b>1.596</b>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Adiantamento de contrato de câmbio	1,95% a 3,50% a.a.	236.643	219.287	236.643	219.287
Pré-pagamento de exportação	3,53% a.a.	2.446	8.305	2.446	8.305
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>239.089</b>	<b>227.592</b>	<b>239.089</b>	<b>227.592</b>
<b>Total empréstimos de curto prazo</b>		<b>276.280</b>	<b>229.188</b>	<b>276.280</b>	<b>229.188</b>

### b. Empréstimos de longo prazo (não circulante)

	Encargos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Moeda nacional</b>					
FINAME	4,50% e 8,70% a.a.	1.294	1.812	1.294	1.812
Cédula de crédito de exportação-CCE	5,50% a.a.	1.268	40.000	1.268	40.000
<b>Total moeda nacional</b>		<b>2.562</b>	<b>41.812</b>	<b>2.562</b>	<b>41.812</b>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Pré-pagamento de exportação	3,53% a.a.	-	2.157	-	2.157
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>-</b>	<b>2.157</b>	<b>-</b>	<b>2.157</b>
<b>Total empréstimos de longo prazo</b>		<b>2.562</b>	<b>43.969</b>	<b>2.562</b>	<b>43.969</b>

Os vencimentos das operações de crédito de longo prazo, por ano de exigibilidade, são os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Total</u>
FINAME	1.268	-	-	-	1.268
CCE - Funcafé	931	150	150	63	1.294
	<b><u>2.199</u></b>	<b><u>150</u></b>	<b><u>150</u></b>	<b><u>63</u></b>	<b><u>2.562</u></b>

## 15 Adiantamentos de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
No País	243	292	243	292
No Exterior	1.890	1.817	1.890	1.817
	<b><u>2.133</u></b>	<b><u>2.109</u></b>	<b><u>2.133</u></b>	<b><u>2.109</u></b>

## 16 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia constituiu provisões para contingências para cobrir perdas prováveis suficientes de acordo com seus assessores jurídicos e sua administração, conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Trabalhistas	3.084	4.037	3.084	4.037
Tributárias e previdenciárias	-	-	1.934	1.662
Outras	1.647	490	1.647	492
<b>Total</b>	<b><u>4.731</u></b>	<b><u>4.527</u></b>	<b><u>6.665</u></b>	<b><u>6.191</u></b>

### *Trabalhistas*

Relativas a processos movidos por ex-empregados da Companhia e de prestadoras de serviços.

### *Tributárias e previdenciárias*

#### *Consolidado*

Execução fiscal por meio da qual a Fazenda Pública de Minas Gerais pleiteia o recebimento de ICMS, multas e atualização monetária decorrente de diferenças nas movimentações de cafés ocorridas em armazéns gerais, no montante de R\$ 1.932.

Foram efetuados depósitos judiciais classificados no grupo não circulante para os casos acima.

**Outras**

Representado por ações cíveis em geral.

**17 Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes**

Constituída em consonância com o CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro e em observação ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, que dispõem sobre o registro contábil e apresentação do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme demonstrado abaixo. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o valor é maior do que na controladora, devido à existência de imposto de renda e contribuição social diferidos, também, na controladora.

***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

***Movimentação ocorrida nos períodos:***

	Controladora			31/12/2011
	31/12/2012	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisão para Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	4.031	795	-	3.236
Variação Cambial	228	(6.102)	-	6.330
Perdas em Renda Variável	6.335	1.872	-	4.462
Outros Diferidos Temporários	3.018	736	-	2.283
Receitas de Vendas de Lotes	(3.400)	(59)	-	(3.341)
Reavaliação de Ativos	(4.964)	-	148	(5.112)
<b>Créditos Tributários Diferidos</b>	<b>5.248</b>	<b>(2.758)</b>	<b>148</b>	<b>7.858</b>
Ativo Não Circulante	5.248	(11.063)	-	16.311
Passivo Não Circulante	-	8.305	148	(8.453)
<b>Total dos Créditos Tributários Diferidos</b>	<b>5.248</b>	<b>(2.758)</b>	<b>148</b>	<b>7.858</b>



*Companhia Cacique de Café Solúvel*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2012 e 2011*

<b>Controladora</b>				
<b>31/12/2012</b>	<b>Reconhecidos no Resultado</b>	<b>Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>31/12/2011</b>	
<b>Contribuição Social</b>				
Provisão para Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	1.451	286	-	1.165
Variação Cambial	82	(2.197)	-	2.279
Outros Diferidos Temporários	1.087	265	-	822
Receitas de Vendas de Lotes	(1.224)	(21)	-	(1.203)
Reavaliação de Ativos	(1.794)	-	53	(1.847)
<b>Créditos (Débitos) Tributários Diferidos</b>	<b>(398)</b>	<b>(1.667)</b>	<b>53</b>	<b>1.216</b>
Ativo Não Circulante	-	(4.266)	-	4.266
Passivo Não Circulante	(398)	2.599	53	(3.050)
<b>Total dos Créditos (Débitos) Tributários Diferidos</b>	<b>(398)</b>	<b>(1.667)</b>	<b>53</b>	<b>1.216</b>

<b>Consolidado</b>				
<b>31/12/2012</b>	<b>Reconhecidos no Resultado</b>	<b>Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>31/12/2011</b>	
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisão para Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	4.031	795	-	3.236
Variação Cambial	228	(6.102)	-	6.330
Perdas em Renda Variável	6.335	1.873	-	4.462
Outros Diferidos Temporários	3.594	735	-	2.859
Receitas de Vendas de Lotes	(3.411)	(70)	-	(3.341)
Reavaliação de Ativos	(4.964)	-	148	(5.112)
<b>Créditos Tributários Diferidos</b>	<b>5.813</b>	<b>(2.769)</b>	<b>148</b>	<b>8.434</b>
Ativo Não Circulante	5.813	(11.074)	-	16.887
Passivo Não Circulante	-	8.305	148	(8.453)
<b>Total dos Créditos Tributários Diferidos</b>	<b>5.813</b>	<b>(2.769)</b>	<b>148</b>	<b>8.434</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2012</b>	<b>Reconhecidos no Resultado</b>	<b>Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Contribuição Social</b>				
Provisão para Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	1.451	286	-	1.165
Variação Cambial	82	(2.197)	-	2.279
Outros Diferidos Temporários	2.308	264	-	2.044
Receitas de Vendas de Lotes	(1.230)	(27)	-	(1.203)
Reavaliação de Ativos	(1.794)	-	53	(1.847)
<b>Créditos (Débitos) Tributários Diferidos</b>	<b>817</b>	<b>(1.674)</b>	<b>53</b>	<b>2.438</b>
Ativo Não Circulante	1.215	(4.273)	-	5.488
Passivo Não Circulante	(398)	2.599	53	(3.050)
<b>Total dos Créditos(Débitos) Tributários Diferidos</b>	<b>817</b>	<b>(1.674)</b>	<b>53</b>	<b>2.438</b>

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

*Companhia Cacique de Café Solúvel*  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2012 e 2011

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	20.158	20.158	(14.387)	(14.387)	20.158	20.158	(14.387)	(14.387)
Alíquota fiscal combinada								
- IRPJ 15%	3.024	-	(2.158)	-				
- IRPJ 10% - adicional	1.992	-	(1.463)	-				
- CSLL 09%	-	1.814	-	(1.295)				
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada</b>	<b>5.016</b>	<b>1.814</b>	<b>(3.621)</b>	<b>(1.295)</b>				
<b>Adições permanentes</b>								
Equivalência patrimonial negativa	-	-	848	848				
Result. Positivo Controlada no Exterior	460	460	-	-				
Complemento depreciação fiscal	14.432	14.432	14.412	14.412				
Outras adições permanentes	4.568	4.568	868	868				
Efeito fiscal das adições permanentes	4.865	1.751	4.032	1.452				
<b>Adições temporárias</b>								
Provisões contingenciais	1.794	1.794	1.310	1.310				
Provisão para desvalorização de créditos fiscais	4.861	4.861	5.661	5.661				
Resultado no mercado futuro	7.490	-	53	-				
Recebimento vendas de lotes	3.904	3.904	2.387	2.387				
Variações cambiais (caixa)	78.594	78.594	85.749	85.749				
Outras adições temporárias	3.869	3.869	603	603				
Efeito fiscal das adições temporárias	25.128	8.372	23.941	8.614				
<b>Exclusões permanentes</b>								
Depreciação ajuste avaliação patrimonial	14.238	14.238	14.504	14.504				
Equivalência patrimonial positiva	761	761	-	-				
Dividendos recebidos	-	-	7	7				
Efeito fiscal das exclusões permanentes	3.750	1.350	3.628	1.306				
<b>Exclusões temporárias</b>								
Receita venda de lotes	1.231	1.231	-	-				
Reversões de provisões para CLD e contingenciais	3.740	3.740	1.354	1.354				
Custos, impostos e outros s/ vendas de lotes	3.118	3.118	6.045	6.045				
Variações cambiais (competência)	103.004	103.004	58.544	58.544				
Outras exclusões temporárias	-	-	667	667				
Efeito fiscal das exclusões temporárias	27.773	9.998	16.653	5.996				
<b>Subtotal IRPJ e CSLL</b>	<b>3.485</b>	<b>589</b>	<b>4.071</b>	<b>1.469</b>	<b>3.498</b>	<b>598</b>	<b>4.095</b>	<b>1.485</b>
Dedução Lei 8.313/91 Art. 18	(87)	-	36	-	(87)	-	36	-
Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	(88)	-	(102)	-	(88)	-	(102)	-
Provisão Imposto de Renda Controlada no Exterior	35	-	-	-	35	-	-	-
<b>Total IRPJ e CSLL</b>	<b>3.345</b>	<b>589</b>	<b>4.005</b>	<b>1.469</b>	<b>3.357</b>	<b>598</b>	<b>4.029</b>	<b>1.485</b>
Variação adições temporárias - IRPJ e CSLL diferidos	2.699	1.646	(8.158)	(2.933)	2.699	1.645	(8.159)	(2.933)
Variação exclusões temporárias - IRPJ e CSLL diferidos	59	21	914	329	70	27	905	324
<b>Total IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>2.758</b>	<b>1.667</b>	<b>(7.244)</b>	<b>(2.604)</b>	<b>2.769</b>	<b>1.672</b>	<b>(7.254)</b>	<b>(2.609)</b>
<b>Total IRPJ e CSLL corrente e diferido</b>	<b>6.103</b>	<b>2.256</b>	<b>(3.239)</b>	<b>(1.135)</b>	<b>6.126</b>	<b>2.270</b>	<b>(3.225)</b>	<b>(1.124)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16,59%</b>	<b>2,92%</b>	<b>-27,84%</b>	<b>-10,21%</b>	<b>16,65%</b>	<b>2,97%</b>	<b>-28,01%</b>	<b>-10,32%</b>

## **18 Patrimônio líquido**

### ***a. Capital social***

O capital social, integralmente realizado, é representado por 24.948.000 ações, sendo 8.316.000 ordinárias e 16.632.000 preferenciais, sem valor nominal. As preferenciais sem direito a voto, gozam de preferência na distribuição de dividendos, não cumulativos, de 10% superiores às ordinárias.

### ***b. Reserva de reavaliação***

Foi realizada de forma voluntária, com base no método do custo de reposição e/ou construção na data da avaliação, constituída em decorrência das reavaliações dos bens imóveis registrados no ativo permanente e contabilizada com base em laudo de peritos independentes emitido em março de 2005. O efeito no resultado pela depreciação dos bens correspondentes no exercício de 2012, é de R\$ 390.

A reavaliação foi realizada pela Setape - Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., nomeada em 29 de abril de 2005 através da 78ª Assembléia Geral Extraordinária. O laudo fundamentado com critérios de avaliação e elementos de comparação adotados foi aprovado pelos quotistas na mesma AGE que nomeou a Companhia avaliadora.

O resultado de R\$ 9.860 foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente, em contrapartida na conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. O reconhecimento dos impostos incidentes foi efetuado a débito de conta retificadora da Reserva de Reavaliação e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social, no passivo exigível a longo prazo. A referida reavaliação não causa efeito na distribuição de dividendos, pois a depreciação gerada pelos bens reavaliados é compensada no Patrimônio Líquido com a realização da reserva correspondente.

A realização da reserva de reavaliação, para fins fiscais, ocorrerá na mesma proporção das baixas da depreciação, amortização ou alienação dos bens que a geraram.

### ***c. Ajuste de avaliação patrimonial***

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se a ajuste de custo atribuído ao imobilizado: o saldo de R\$ 12.432 (R\$ 13.900 em dezembro de 2011) teve a movimentação no período no valor de (R\$ 1.468), referente à depreciação do custo atribuído ao ativo imobilizado que, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, no momento da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, a Administração da Companhia detectou itens do ativo imobilizado em operação, capazes de proporcionar geração de fluxos de caixa futuros, que estavam reconhecidos no balanço por valor inferior ao seu valor justo.

### ***d. Reserva legal***

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no período, serão destinados 5% para constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

**e. Remuneração aos Acionistas e dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. No exercício de 2012, a Administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos, a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	11.833	(9.978)
Compensação de Prejuízo	(8.120)	-
<b>Base para Dividendos</b>	<b>3.713</b>	-
Reserva Legal - 5%	(186)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	390	391
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.468	1.467
Base para Dividendos	<b>5.385</b>	<b>(8.120)</b>
Alíquota	25%	25%
<b>Dividendos Totais</b>	<b>1.346</b>	-

**f. Reservas de Retenção de Lucros**

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados, no valor de R\$ 4.039, prevista em orçamento de capital a ser submetido à aprovação da Assembléia Geral.

**g. Lucro (Prejuízo) por mil Ações Básico e Diluído**

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2012 e a respectiva quantidade de ações, comparativamente com o exercício de 2011, conforme quadro abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	11.833	(9.978)
Ações (mil)	24.948	24.948
<b>Lucro(Prejuízo) Líquido por mil Ações-Básico/Diluído</b>	<b>474,31</b>	<b>(399,95)</b>

## 19 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Juros sobre empréstimos	(9.761)	(12.199)	(9.761)	(12.199)
Perdas com mercado futuro	(32.888)	(15.801)	(32.888)	(15.801)
Varição cambial passiva	(67.406)	(70.623)	(67.406)	(70.623)
Outras despesas financeiras	(6.259)	(3.102)	(6.284)	(3.118)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(116.314)</b>	<b>(101.725)</b>	<b>(116.339)</b>	<b>(101.741)</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	424	14.214	438	14.268
Ganhos com mercado futuro	25.399	15.687	25.399	15.687
Varição cambial ativa	54.176	43.058	54.176	43.058
Varição monetária ativa	2.729	5.620	3.529	5.794
Outras receitas financeiras	444	1.006	453	1.024
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>83.172</b>	<b>79.585</b>	<b>83.995</b>	<b>79.831</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(33.142)</b>	<b>(22.140)</b>	<b>(32.344)</b>	<b>(21.910)</b>

## 20 Receita líquida das vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas	781.098	616.557	781.098	616.647
Tributos incidentes sobre vendas	(58.361)	(48.364)	(58.361)	(48.368)
Devoluções e abatimentos	(6.819)	(5.605)	(6.819)	(5.609)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>715.918</b>	<b>562.588</b>	<b>715.918</b>	<b>562.670</b>

## 21 Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

### 21.1 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos produtos e das mercadorias vendidas	(567.528)	(467.070)	(567.528)	(467.074)
Despesas com vendas	(63.363)	(53.756)	(63.363)	(53.756)
Despesas gerais, Administrativas e Honorários da Administração	(33.444)	(28.563)	(33.914)	(29.101)
	<b>(664.335)</b>	<b>(549.389)</b>	<b>(664.805)</b>	<b>(549.931)</b>
Matéria-prima, embalagens e demais materias consumidos	(474.547)	(380.515)	(474.528)	(380.482)
Despesas com honorários, pessoal e encargos	(78.758)	(69.578)	(79.143)	(70.013)
Comissões, fretes, seguros, promoções e outras	(42.438)	(35.696)	(42.438)	(35.696)
Depreciação, amortização e exaustão	(19.227)	(18.999)	(19.255)	(19.028)
Água, energia elétrica, manutenção e outros serviços de terceiros	(48.079)	(43.490)	(48.145)	(43.594)
Impostos e Taxas	(1.286)	(1.111)	(1.296)	(1.118)
	<b>(664.335)</b>	<b>(549.389)</b>	<b>(664.805)</b>	<b>(549.931)</b>

### 21.2 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outras Receitas Operacionais	18.108	6.417	18.185	6.469
Outras Despesas Operacionais	(16.417)	(11.340)	(16.725)	(11.625)
	<b>1.691</b>	<b>(4.923)</b>	<b>1.460</b>	<b>(5.156)</b>
Ociosidade	(959)	(3.299)	(959)	(3.299)
Despesas Eventuais	(9.418)	(3.161)	(9.416)	(3.314)
Recuperação de Despesas	13.349	2.952	13.357	2.954
Aluguéis Recebidos	18	12	51	26
Ganhos de Capital no Imobilizado/ Investimento	366	639	362	639
Contingências Fiscais/Trabalhistas e Outras	(2.169)	(2.924)	(2.439)	(3.020)
Vendas Eventuais	504	851	504	851
Dividendos Recebidos	-	7	-	7
	<b>1.691</b>	<b>(4.923)</b>	<b>1.460</b>	<b>(5.156)</b>

## **22 Informações por segmento**

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para a qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho. A Companhia atua no segmento alimentício com a produção de café solúvel, comercializado quase em sua totalidade no mercado externo e produção de café torrado e embalagem no mercado interno. A produção e a comercialização dos produtos por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem informação financeira individualizada disponível. Dessa forma, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

## **23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Tais estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é de responsabilidade da Tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Identificadas as exposições da Companhia, o responsável pela Tesouraria da Companhia precifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado de Bolsa de Valores.

### **23.1 Gerenciamento de riscos**

Os principais fatores de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

### **23.2 Risco de crédito**

Esses riscos são administrados por normas específicas da Companhia, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para devedores duvidosos, quando necessário.



### 23.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### 23.4 Risco cambial

A exposição em 31 de dezembro de 2012 ao fator de risco de mercado - taxa de câmbio - é a seguir demonstrada:

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2012</b>
	US\$	R\$
Deutsche Bank - NY	1.877	3.835
Banco Santander Uruguay S.A.	408	834
Clientes no exterior	19.749	40.358
Adiantamento de fornecedores estrangeiros	21	42
Patrimônio Líquido - Cacique International Ltd.	3.948	8.068
BM&F - Posição Vendida	(28.250)	(57.729)
Adiantamentos de contratos de câmbio	(106.687)	(218.015)
Pré-pagamento de exportação	(1.197)	(2.446)
Partes relacionadas - Cacique International Ltd	(4.498)	(9.191)
Adiantamento de clientes estrangeiros	(272)	(555)
Seguros sobre exportações	(42)	(86)
ACC/PB a liquidar – Cacique International Ltd.	(9.116)	(18.628)
	<u><b>(124.059)</b></u>	<u><b>(253.513)</b></u>

A Companhia tinha em 31 de dezembro de 2012, Pedidos em Carteira no valor de US\$ 122.493 contra um Passivo de (US\$ 124.059). Portanto, a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de (US\$ 1.566).

O resultado dessa exposição está detalhada na nota explicativa nº 24.

### 23.5 Risco de mercado

As exportações da Companhia correspondem a 61,23% das receitas líquidas no ano de 2012, nossos principais mercados são: EUA, Mercado Europeu, Japão e Rússia.

A Companhia enfrenta riscos que normalmente uma Companhia que atua somente no mercado interno não enfrenta. Sofremos taxaço de 9% sobre importações de café solúvel brasileiro nos 27 países da União Européia, o Japão também está praticando esta taxaço só que em menor percentual.

A Companhia está sujeita à variação nas taxas de câmbio e juros.

**a. Composição de saldos**

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

	Controlada		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	14.731	14.731	14.754	14.754
Títulos e valores mobiliários	-	-	489	489
Contas a receber de clientes	97.893	97.893	97.893	97.893
Empréstimos e financiamentos	(276.280)	(276.280)	(276.280)	(276.280)
	<u>(163.656)</u>	<u>(163.656)</u>	<u>(163.144)</u>	<u>(163.144)</u>

**b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado**

- *Disponibilidades*

Os saldos em conta-corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- *Contas a receber*

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.

- *Aplicações financeiras*

Os saldos de aplicações financeiras estão contabilizados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos até a presente data.

- *Empréstimos e financiamentos*

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e demais instrumentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 não diferem substancialmente daqueles registrados nas Demonstrações Financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

### **23.6 Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

## 24 Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, as Companhias de capital aberto terão que apresentar informações sobre instrumentos financeiros derivativos, bem como, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

A política de atuação da Companhia no mercado futuro de câmbio, neste momento, objetiva fixar preços e/ou margens de parte de suas operações comerciais na área de café solúvel que, no global, conduzam à redução de riscos. Essas operações estão atreladas às vendas realizadas, ou seja, são operações de “*hedge*” (não especulativas), nas quais todo resultado financeiro positivo ou negativo é contrabalançado por resultado oposto nas receitas.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não estava operando com instrumentos financeiros derivativos.

(\*) Os instrumentos financeiros derivativos devem ser avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. Tal valor corresponde ao ganho ou perda estimada quando da liquidação das posições, nas datas pactuadas e considerando-se as taxas travadas e estimadas.

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, agrupados pelas principais categorias de riscos.

Detalhamento dos ganhos e perdas com derivativos:

<b>Instituições Financeiras de Derivados</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Dólar futuro		
- Ganhos	25.399	15.687
- Perdas	(32.888)	(15.801)
	<b>(7.489)</b>	<b>(114)</b>

### Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Operação	31/12/2012		Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
	US\$	Risco	Taxa	ganho (perda)	Taxa	ganho (perda)	Taxa	ganho (perda)
Disponibilidades	2.285	Queda do USD	2,04	(8)	1,53	(1.173)	1,02	(2.339)
Clientes	19.749	Queda do USD	2,04	(69)	1,53	(10.141)	1,02	(20.213)
Adiantamento de fornecedores	21	Queda do USD	2,04	(0)	1,53	(11)	1,02	(21)
P L - Cacique International Ltd	3.948	Queda do USD	2,04	(14)	1,53	(2.027)	1,02	(4.041)
BM&F - Posição Vendida	(28.250)	Alta do USD	2,04	99	2,55	(14.309)	3,06	(28.716)
A C C	(115.803)	Alta do USD	2,04	405	2,55	(58.654)	3,06	(117.714)
Pré-pagamento	(1.197)	Alta do USD	2,04	4	2,55	(606)	3,06	(1.217)
Adiantamento de clientes e outros	(4.812)	Alta do USD	2,04	17	2,55	(2.437)	3,06	(4.891)
	<b>(124.059)</b>							

1. **Cenário-base** - Manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.
2. **Cenário adverso** - Deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado no cenário-base.
3. **Cenário remoto** - Deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado no cenário-base.

## 25 Novas normas e interpretações

Durante o exercício de 2012, as seguintes normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, mas não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia:

- Emenda ao IFRS 7 - “Divulgações: Transferências de Ativos Financeiros” (Disclosures: Transfers of Financial Assets).

- Emenda ao IAS 12 - “Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes” (Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets). Estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo.

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

*Companhia Cacique de Café Solúvel*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2012 e 2011*

<b>Normas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência (*)</b>
Emenda ao IAS 1	“Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes” (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	“Benefícios a Empregados” (Employee Benefits). Elimina o método do corredor para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias e requer que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	“Demonstrações Financeiras Consolidadas” (Consolidated Financial Statements). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	“Acordos Conjuntos” (Joint Arrangements). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pelo IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e joint ventures. Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. Joint ventures existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de joint ventures não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	“Divulgações sobre Participações em Outras Entidades” (Disclosure of Interests in Other Entities). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	“Mensuração do Valor Justo” (Fair Value Measurement). Define valor justo de uma forma mais precisa, explica como mensurá-lo (fornecendo uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	“Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros” (Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013

Normas	Descrição	Vigência (*)
IAS 27 (revisado em 2011)	Demonstrações Financeiras separadas. Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011)	"Coligadas e Controladas em conjunto" (Joint Ventures). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013
IFRS 9	Instrumentos Financeiros . O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável . A emenda ao IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9	1º de janeiro de 2015

(\*) Normas vigentes a partir de exercícios iniciados em ou após essas datas.

## 26 Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas e estão demonstrados da seguinte forma:

<b>Riscos cobertos</b>	<b>Limite Máximo Indenização- R\$</b>
Incêndio, raio e explosão	200.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado	40.000
Danos elétricos	2.500
Roubo e/ou furto	50
Equipamentos móveis	50
Equipamentos eletrônicos/estacionários	500
Danos à Fabricação - "Work Damage"	1.000
Despesas com desentulho	2.000
Quebra de máquinas	500
Movimentação interna de mercadorias	1.000
Pequenas obras de engenharia	1.000
Alagamento/inundação	500
Fidelidade de empregados	200
Responsabilidade civil risco operacional	6.000
Responsabilidade civil risco produtos operações completadas	6.000
D & O - RC- conselheiros, diretores e/ou administradores	5.000

\* \* \*